CARTA dos Pescadores e Pescadoras Atingidos pelo Petróleo: Contra a Exploração na Foz do Amazonas e Margem Equatorial

Nós, que construímos a Campanha Mar de Luta, formada por pescadores e pescadoras artesanais, sobretudo aqueles diretamente e indiretamente atingidos pelo crime do petróleo de 2019 e por tantos outros vazamentos e manchas que constantemente poluem suas águas e impactam suas vidas, junto de lideranças comunitárias, agentes pastorais, pesquisadores(as), professores(as), estudantes, militantes e defensores(as) da vida e da natureza, viemos a público expressar nossa profunda preocupação, indignação e resistência diante do avanço do projeto de exploração de petróleo na Foz do Amazonas e em toda a Margem Equatorial brasileira.

Enquanto povos e comunidades tradicionais seguem alertando para os riscos e os impactos que já enfrentam em seus territórios, o governo brasileiro insiste em promover um discurso de desenvolvimento que desconsidera a realidade dos povos das águas. A tentativa recente de substituir o nome "Foz do Amazonas", carregado de força simbólica e ligação direta com a Amazônia, pelo termo genérico "Margem Equatorial", não é apenas uma manobra de jogo de palavras e marqueteira. Trata-se de uma estratégia política deliberada para diluir a importância ecológica, cultural e simbólica de uma das regiões mais biodiversas do planeta, e assim afastar o olhar crítico da sociedade brasileira e da comunidade internacional sobre o que está em curso: a abertura de uma nova fronteira de exploração petrolífera em pleno território amazônico.

Uma vez em que os modelos utilizados para simular o comportamento de manchas de óleo em caso de acidente consideram apenas o derramamento de um poço em um cenário de perfuração por vez, desconsiderando a possibilidade de incidentes múltiplos e simultâneos, bem como o efeito cumulativo de blocos adjacentes já concedidos. Além disso, as simulações ignoram variáveis oceanográficas fundamentais da região amazônica, como a força das correntes, o aporte sedimentar e o regime de marés influenciado pelo encontro das águas do rio Amazonas com o Oceano Atlântico. Tais falhas metodológicas contrariam o princípio da precaução e expõem os territórios pesqueiros a riscos inaceitáveis, especialmente considerando a proximidade de ecossistemas altamente sensíveis, como os grandes sistemas recifais amazônicos, e comunidades que dependem diretamente da integridade desses territórios para sua reprodução física, social e cultural.

Aponta-se também, a fragmentação indevida dos estudos de impacto ambiental conduzidos pela Petrobras. Muitos dos territórios pesqueiros mapeados em tais estudos são descontínuos e fragmentados, o que é duvidoso e repudiamos veementemente. Exigimos que considerem a integridade dos territórios dos povos e comunidades tradicionais pesqueiras da região! Essa prática compromete o entendimento amplo e complexo das relações entre comunidades e ecossistemas, violando direitos coletivos. As formas tradicionais de ocupação e manejo dos territórios costeiros não se restringem a áreas geográficas fixas.

São territórios em movimento, marcados por práticas sustentáveis e ancestrais de pesca, coleta e navegação, que atravessam manguezais, estuários, bancos de pesca e zonas de transição entre o mar e os rios. Ignorar essa realidade é deslegitimar a existência política das comunidades pesqueiras, que constroem e defendem os territórios pesqueiros como espaços de vida, saber e cuidado ambiental.

Estamos falando de uma região viva, habitada, pulsante. Uma região marcada por manguezais, corais, berçários de espécies marinhas, povos indígenas, quilombolas e de comunidades pesqueiras que vivem da relação direta com os rios, o mar e os territórios costeiros. E que, mais uma vez, estão sendo ignoradas nos processos decisórios, assim como foram ignoradas em outros projetos de grande impacto ambiental no país, o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, garantido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Segundo o artigo 231 da Constituição Federal e o artigo 6º, da Convenção 169, os povos tradicionais têm o direito de serem consultados sobre qualquer medida administrativa ou legislativa que os afete diretamente. A ausência desse procedimento constitui violação grave de direitos fundamentais, além de comprometer a legitimidade do licenciamento. O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A liberação de blocos para exploração de petróleo em uma região de reconhecida biodiversidade marinha, com presença de recifes, manguezais, berçários naturais e corredores migratórios, ameaça diretamente esse princípio constitucional.

Nos últimos dias, assistimos à divulgação de dados alarmantes pela própria Agência Nacional do Petróleo (ANP): em 2024, foram registrados 731 acidentes envolvendo a exploração de petróleo marítimo, o maior número da série histórica. Mais de 52 mil litros de óleo foram despejados no meio ambiente, além de fluidos de perfuração e gás natural. E isso sem contar os chamados "quase-acidentes", que somaram mais de 1.300 no mesmo ano. Há ainda o risco iminente à segurança alimentar, à economia popular e à diversidade cultural amazônica. A instalação de poços de petróleo em alto-mar, como previsto nos blocos licitados pela ANP, ameaça diretamente a reprodução social das comunidades. Possíveis vazamentos e a liberação de substâncias tóxicas colocam em perigo áreas de desova, circulação e alimentação de espécies fundamentais para a pesca artesanal, além de provocar contaminações em larga escala que afetam a saúde humana e o equilíbrio ecológico.

Esses números revelam o que as comunidades já sabem: a exploração de petróleo não é segura, não é limpa e não traz o desenvolvimento prometido. O crime do petróleo de 2019, que atingiu 11 estados brasileiros, afetando profundamente pescadores e pescadoras artesanais, contaminando praias, afetando estuários, destruindo manguezais e extinguindo formas de vida, permanece sem reparação socioambiental até hoje, quase 6 anos depois.

Pescadores e pescadoras seguem sem apoio, sem indenização, sem respostas, enquanto empresas lucram e ampliam suas operações com o apoio político de quem deveria proteger os bens comuns. Na Baía do Araçá, em São Sebastião (SP), por exemplo, vazamentos de petróleo se tornaram rotina, destruindo a pesca de mariscos e berbigões. Como alertam os próprios moradores: o que já acontece ali pode ser o futuro da Foz do Amazonas.

Em 17 de junho de 2025, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pretende realizar o 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, leiloando 332 blocos exploratórios de petróleo e gás. Dentre estes, 47 estão localizados na bacia da Foz do Amazonas. O bônus de assinatura para esses blocos varia entre R$ 1,19 milhão e R$ 7,2 milhões. A inclusão desses blocos ocorre mesmo após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ter negado, em 2023, a licença para a Petrobras explorar o bloco FZA-M-59 na mesma área, devido a preocupações ambientais. Especialistas alertam que a pressão para liberar a licença do bloco 59 pode abrir precedentes para a exploração de outras áreas sensíveis na Margem Equatorial, colocando em risco ecossistemas únicos e comunidades tradicionais.

Este leilão representa mais um passo na destruição dos territórios pesqueiros e da biodiversidade amazônica. A ANP avança com interesses econômicos, ignorando o parecer técnico do IBAMA e o clamor das comunidades tradicionais, sobretudo as pesqueiras. Essa ofensiva contradiz qualquer compromisso climático do Brasil. A Campanha Mar de Luta denuncia: petróleo não é progresso, é retrocesso.

A recente entrada do Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+), organização que reúne os maiores países produtores de petróleo do mundo, revela a contradição entre o discurso ambiental adotado pelo governo e suas ações concretas. Ao se alinhar a um grupo que promove a expansão da produção de combustíveis fósseis, o país reforça sua aposta em um modelo energético ultrapassado, altamente poluente e incompatível com os compromissos de enfrentamento da crise climática. Para a Campanha Mar de Luta, essa decisão aprofunda o distanciamento entre o Estado e as comunidades tradicionais que já sofrem com os impactos do petróleo, além de enfraquecer a credibilidade do Brasil às vésperas da COP 30.

O governo brasileiro, ao intensificar a defesa da exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na Foz do Amazona, ignora a emergência climática global, que exige o abandono urgente dos combustíveis fósseis. Faz isso justamente quando se compromete a sediar a COP 30 em 2025, em plena Amazônia. Qual mensagem queremos transmitir ao mundo?

Não há compatibilidade entre a defesa do meio ambiente e a ampliação da fronteira fóssil. Não há sustentabilidade possível onde há derramamento de óleo, violação de direitos, silenciamento de povos e destruição da natureza.

Lamentamos profundamente que o processo de liberação das pesquisas e perfuração para exploração de petróleo na área tenha avançado, gerando grande preocupação para a Campanha Mar de Luta. Sabemos que por trás desse avanço operam fortes mecanismos de pressão política e econômica que buscam acelerar a liberação a qualquer custo. A sociedade brasileira precisa estar atenta e defender os territórios, os povos das águas e a integridade socioambiental, garantindo que o interesse coletivo e ambiental prevaleça sobre a lógica do lucro.

O avanço do Projeto de Lei nº 2.159/2021, conhecido como "PL da Devastação", aprovado recentemente pelo Senado e agora aguardando apreciação na Câmara dos Deputados, acende ainda mais o alerta para as comunidades atingidas pelo petróleo. Esse PL ameaça flexibilizar drasticamente as regras de licenciamento ambiental, abrindo espaço para que empreendimentos como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas e na Margem Equatorial avancem sem análises rigorosas e sem ouvir as comunidades tradicionais. Para os pescadores e pescadoras já afetados por tragédias como o crime do petróleo de 2019, isso significa menos proteção, menos fiscalização e mais riscos de injustiças socioambientais. Por isso, denunciamos esse grave retrocesso e reafirmamos: não aceitaremos a abertura de novas frentes de destruição sobre nossas águas e territórios.

A maior parte da população brasileira — aquela que se preocupa com o futuro das próximas gerações e com a emergência climática que já é realidade — reconhece que a exploração de petróleo não trará benefícios para os mais pobres. Ao contrário do que prometem, o lucro dessa atividade vai parar nas mãos de grandes empresas petroleiras, enquanto os territórios são destruídos e as comunidades tradicionais seguem sem reparação ou melhoria de vida. É por isso que cresce o apoio popular contra a exploração na Foz do Amazonas e na Margem Equatorial.

Por isso, exigimos:

1. A suspensão imediata de qualquer avanço na exploração de petróleo na Foz do Amazonas e na Margem Equatorial;
2. A garantia de participação efetiva das comunidades tradicionais, especialmente as pesqueiras, nos processos decisórios;
3. O fortalecimento dos órgãos de fiscalização ambiental, como o IBAMA, livres de pressões políticas;
4. Investimentos em fontes de energia verdadeiramente sustentáveis e populares, que respeitem os territórios e os povos;
5. Justiça e reparação para as comunidades atingidas pelo crime do petróleo de 2019.

Seguiremos em luta. Porque as águas são vida, e a vida não pode ser perfurada e nem destruída. Porque o petróleo é morte, e a Foz do Amazonas e a humanidade querem viver.

Campanha Mar de Luta

Junho de 2025